



Conciliando a conservação e a produção agrícola? Comparando o Código Florestal e o Zoneamento

Além de produzir alimentos, fibras e combustíveis para a crescente população mundial, o setor agrícola é uma importante fonte de renda para dar suporte ao desenvolvimento da infra-estrutura e provisionamento de benefícios públicos. Entretanto, quando a vegetação nativa é retirada para o uso dos solos para a agricultura, danos a serviços ecossistêmicos críticos, tais como ar,

água e clima, podem se sobrepor aos substanciais benefícios da produção agrícola. Três quartos das emissões de gases do efeito estufa para a atmosfera no Brasil são originados da derrubada e queima de florestas tropicais. Em face à redução prevista de terras, aumento no preço dos alimentos, e à ameaça de desestabilização climática, a questão é como equilibrar ganhos públicos e

privados advindos da agricultura, com os danos que geralmente resultam da conversão de ecossistemas nativos para dar suporte a estas atividades. Nesta edição do *Boletim do Xingu*, examinamos tendências na conversão florestal de terras particulares nas cabeceiras do Xingu e exploramos opções para equilibrar a produção agrícola com a conservação de ecossistemas nativos.

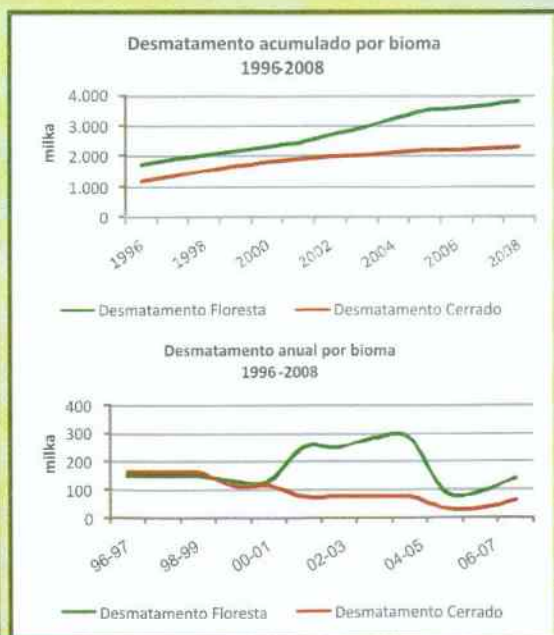
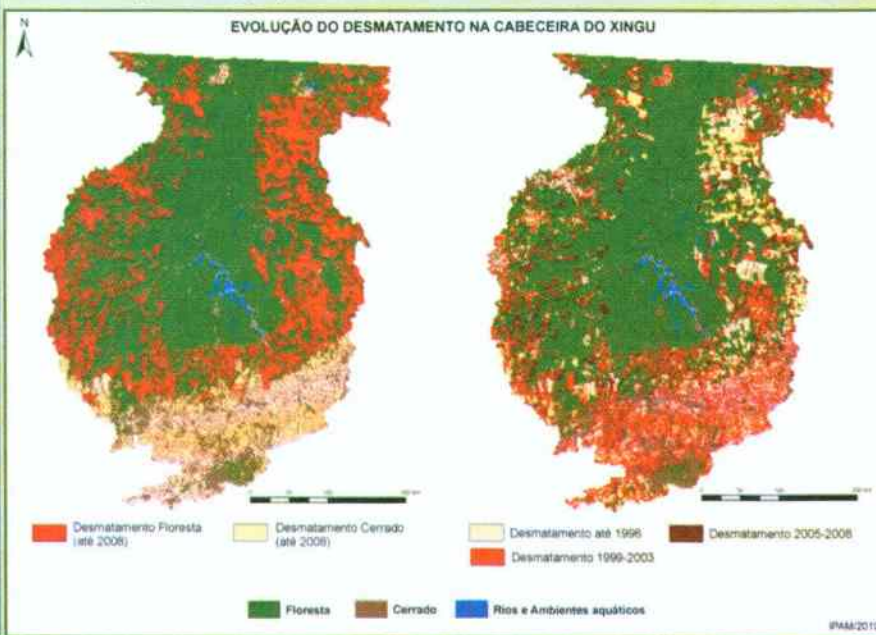
Evolução do desmatamento nas cabeceiras do Rio Xingu

Entre 1996 e 2008, 2.102.000 ha de floresta e 1.112.000 ha de cerrado foram desmatados. A média de desmatamento de floresta foi de 175.000 ha por ano (representando 1% da área potencial de floresta). A média de desmatamento no cerrado foi de 93.000 ha por ano (representando 3%

da área potencial de cerrado).

A taxa de desmatamento do cerrado caiu progressivamente no período entre 1996 e 2008. No entanto, o pico de desmatamento de floresta se deu entre 2002 e 2005, declinando até 2007, quando o desmatamento voltou a crescer. O

aumento no desmatamento de floresta em 2007-2008 se deu por conta do grande número de incêndios que ocorreram na estação seca neste período. Além disso, uma retomada na viabilidade da produção de soja pode também ter contribuído neste aumento.



O que é REDD?

Estima-se que aproximadamente 12% das emissões de gases do efeito estufa (que causam o aquecimento global) são provenientes da derrubada e degradação de florestas tropicais. Em uma tentativa de reduzir estas emissões, negociadores dentro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (UNFCCC) estão projetando um mecanismo de compensação para os países tropicais que tiverem sucesso na redução das emissões de carbono provenientes de desmatamento e degradação florestal, conhecido pela sigla "REDD". O termo REDD+ se refere a um conjunto de medidas que podem ser adotadas por países em

desenvolvimento, não só para redução de desmatamento e degradação, mas também para fortalecer a conservação florestal, a gestão sustentável das florestas e atividades de reflorestamento com espécies nativas.

As regras para este mecanismo ainda não foram criadas em nível internacional, mas muitos países estão em processo de desenvolvimento de suas políticas de REDD+. No Brasil, foi aprovada a Política Nacional de Mudança Climática (PNMC) em 2009, cuja regulamentação, que inclui o conteúdo de REDD+, deve ser estabelecida ao longo de 2010.

O PNMC estabeleceu um alvo de

80% de redução no desmatamento na região amazônica até o ano de 2020. Com um compromisso de R\$ 1 bilhão por parte do governo Norueguês, o Brasil já estabeleceu o Fundo Amazônia para financiar projetos e programas com o objetivo de alcançar esta redução nas emissões. O pagamento inicial de R\$ 198 milhões feito pela Noruega se deu em reconhecimento às reduções já ocorridas no desmatamento, alcançadas desde 2005. Embora não considerado oficialmente como um programa de REDD, serve como o primeiro experimento de REDD

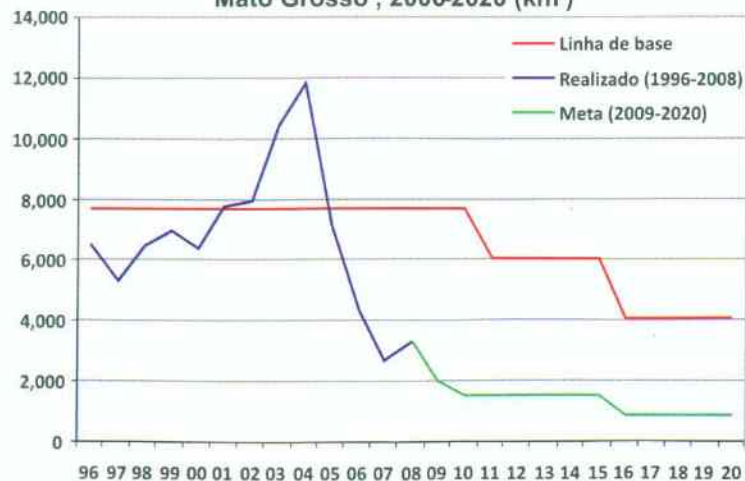
REDD em Mato Grosso

Para contribuir com o alvo nacional, o Mato Grosso (responsável por 39% da média anual de desmatamento na Amazônia entre 1996-2005) está se comprometendo com uma redução de 89% no desmatamento até o ano 2020 dentro do seu Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas de Mato Grosso (PPCDQ-MT). Isto representa mais de 60% do alvo

nacional para a redução de desmatamento na Amazônia, e aproximadamente 40% da meta total de redução nas emissões de gases do efeito estufa do Brasil até 2020. O Estado foi responsável por 59% da redução em desmatamento já alcançada dentro dos objetivos do PNMC durante os últimos 4 anos. De acordo com o PPCDQ-MT, a implementação de REDD é considerada vital para alcançar a redução do desmatamento proposta.

As reduções nas emissões serão financiadas através do Fundo Amazônia e outros mecanismos de mercado potenciais. Os "Certificados de REDD" (obtidos pela efetiva redução nas emissões) estão propostos para serem alocados entre varias áreas, inclusive para povos indígenas, áreas protegida, florestas privadas e assentamentos de pequenos proprietários.

Meta de redução de desmatamento em área florestal de Mato Grosso, 2006-2020 (km²)



Fonte: Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas de Mato Grosso (PPCDQ-MT)

O que é a linha de base?

A "linha de base" do REDD define uma emissão de carbono esperada originada por desmatamento e degradação florestal na ausência de esforços adicionais para restringir tais emissões. A diferença entre as emissões da linha de base e as emissões atuais é a base para o número de créditos de REDD a serem ganhos. Sob os planos de redução do desmatamento, nacional e do Estado de Mato Grosso, a linha de base é calculada em termos de área média de novos desmatamentos (visto que o carbono é difícil medir diretamente) que ocorreram anualmente entre 1996 e 2005. O desmatamento anual desde 2005 e no futuro será medido em comparação a esta taxa. No futuro, à medida que decisões para reduzir o desmatamento são implementadas, este reduzirá cada vez mais.

Simulando políticas de REDD para as cabeceiras do Xingu

A região das cabeceiras do Rio Xingu é um dos três locais piloto para se projetar e testar o programa em nível estadual. Por ser uma região que é maior que 90% dos países tropicais que poderiam buscar participação no REDD dentro do UNFCCC, ela poderia servir como um exemplo importante para outras nações que tentam projetar seus próprios programas de REDD.

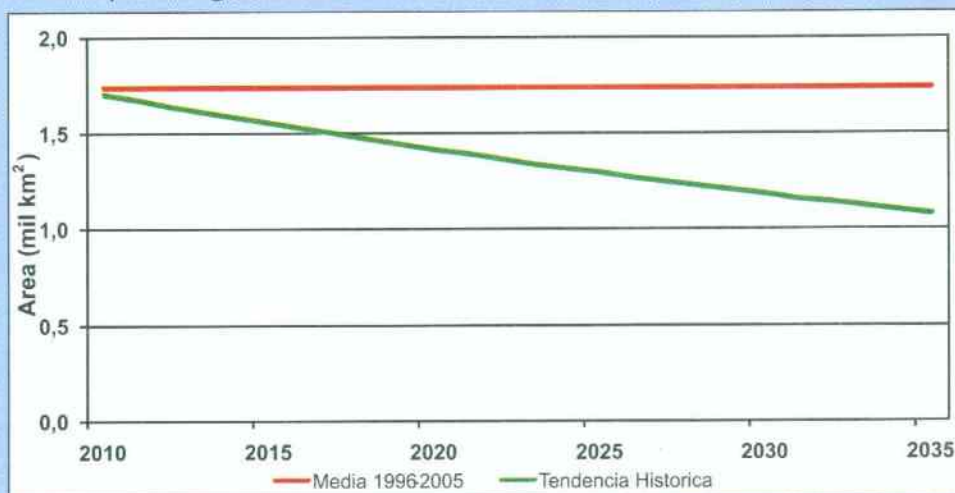
Apresentamos uma análise que poderia contribuir para o componente de estrutura política de REDD focado na redução do desmatamento em terras particulares, uma vez que a principal causa do desmatamento nas cabeceiras do Xingu é a expansão agrícola nessas terras, que ocupam aproximadamente 75% da região. Examinamos a extensão nas quais as políticas florestais existentes podem ser usadas como base para a aplicação efetiva de REDD na região.

Estimamos as reduções nas emissões que poderiam ser alcançadas em terras particulares sob o atual Código Florestal e sob o plano de Zoneamento estadual originalmente proposto e apresentado a Assembléia Legislativa em 2009 em comparação com um cenário

de referência. Este cenário (Tendência Histórica) assume que as tendências históricas de desmatamento continuam no futuro e que os limites de áreas protegidas e territórios indígenas podem não ser respeitados. De acordo com o PNMC e com o PPCDQ-MT, a taxa média anual de desmatamento para 1996-2005 é usada. Oficialmente, o PNMC aplica o mesmo montante absoluto de desmatamento para cada ano no futuro. O cenário de referência apresentado aqui é mais conservador, visto que aplica a mesma taxa anual de desmate como uma porcentagem da floresta

proporcionalmente ao declínio na cobertura florestal total. Este pode ser um cenário de referência mais realista para uma região como as cabeceiras do Rio Xingu, pois esta tem tido, historicamente, altos níveis de desmatamento que provavelmente não serão mantidos no mesmo nível absoluto no futuro.

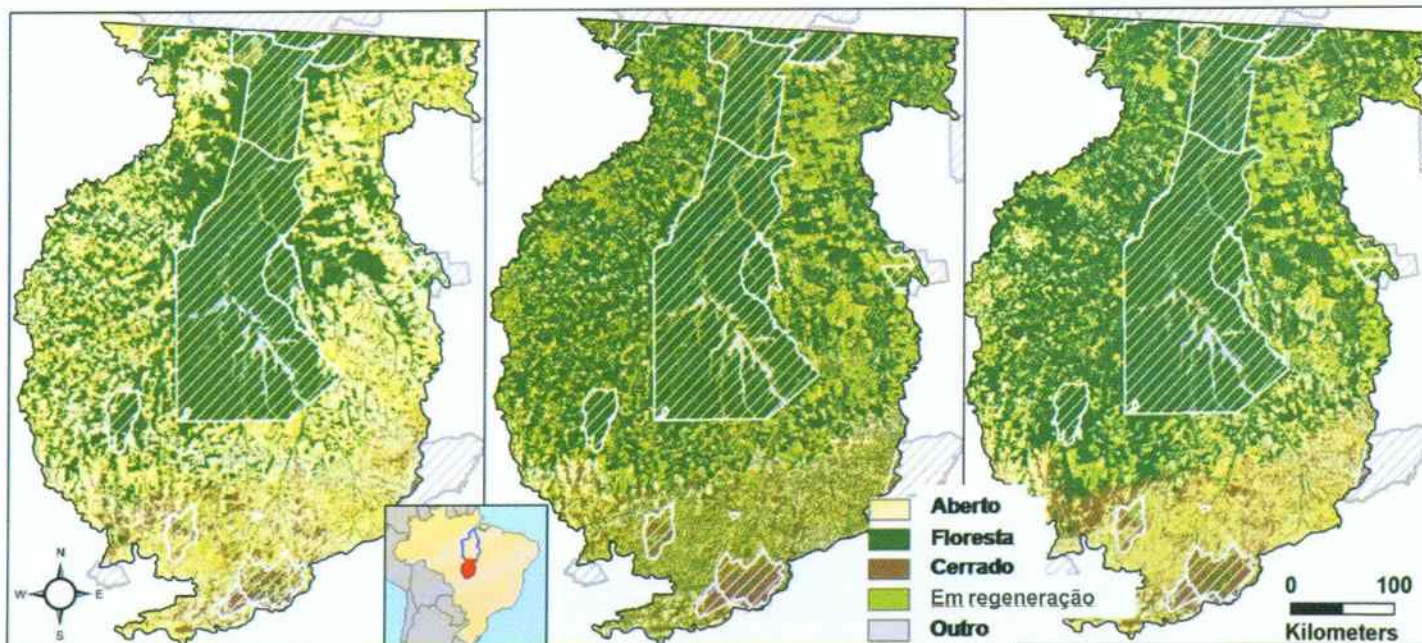
Simulamos mudanças na cobertura do solo durante 25 anos (com início em 2010 até 2035) sob cada um dos três cenários, de acordo com os critérios definidos por cada política (ou tendências históricas).

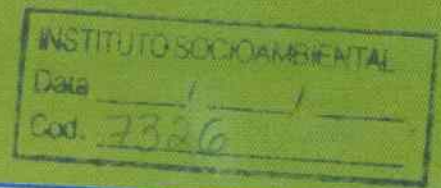


Tendência Histórica (2035)

Código Florestal (2035)

Zoneamento (2035)





Impacto da implementação de políticas nas emissões de carbono

Cobertura Florestal e Emissão de Carbono
O cenário baseado no Zoneamento** resultaria em mais 9.000 km² de aumento na área de cerrado e 46.000 km² de aumento na área de floresta, se comparado ao cenário da Tendência Histórica. Por comparação, o cerrado, sob o cenário do Código Florestal, teria aumento de apenas 7.000 km² em sua cobertura florestal, enquanto as florestas de 52.000 km².

Um possível programa de REDD baseado no Zoneamento estadual evitaria a

emissão de 660 milhões de toneladas de carbono (tC) num período de 25 anos, se comparado ao cenário da Tendência Histórica. Em contraste, o Código Florestal resultaria numa emissão evitada de aproximadamente 530 milhões de tC comparado ao cenário Tendência Histórica, uma diminuição de 19% em relação ao Zoneamento.

Custos A diferença de área que poderia ser potencialmente desmatada para o desenvolvimento de atividades agrícolas entre as paisagens de Zoneamento e

Código Florestal representam uma diferença de R\$ 4,3 bilhões em renda potencial para proprietários de terras de toda a região, com renda em potencial chegando a R\$ 21,6 bilhões sob o plano de *Zoneamento*. Custos de restauração diretos chegarão a R\$ 8,8 bilhões no plano de *Zoneamento*, e a R\$ 15,7 bilhões sob o *Código Florestal*. O programa total custaria aproximadamente R\$ 27 bilhões no caso do plano de *Zoneamento*, e mais de R\$ 32 bilhões no *Código Florestal*.

**No caso, a análise se refere ao Zoneamento que foi apresentado a Assembléia Legislativa em 2009 —antes de ser mudado pela AL.

	Emissões Reduzidas	Reflorestamento	Total
Estoques de carbono (milhões toneladas)*			
Código Florestal	142	66	208
Zoneamento	152	15	167
Custo (milhões R\$)			
Código Florestal (atual)	17.212	15.676	32.888
Zoneamento (proposto)	17.892	8.851	26.743
Preço de carbono (R\$ por tonelada)			
Código Florestal	117,5	238,5	158,6
Zoneamento	121,0	590,1	159,8

*em relação ao estoque de carbono do cenário tendencial

Redação
Conteúdo extraído de:



'Land-Use Policy Alternatives for the Xingu River Headwaters Region of Southeastern Amazonia, 2009 (U Florida) por Claudia Stickler - IPAM

Documento-BASE para o desenvolvimento do programa de REDD do Estado de Mato Grosso, - Fórum Estadual de Mudanças Climáticas

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo dessa publicação é de exclusiva responsabilidade do Consórcio 'Yikatu Xingu' e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

Este boletim é produzido pelo Consórcio composto pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Centro da Vida (ICV), Instituto Socioambiental (ISA), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento de MT (Formad) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STR Lucas), no âmbito do projeto Governança Florestal nas Cabeceiras do Rio Xingu, e faz parte das ações da Campanha 'Yikatu Xingu'.

Sua distribuição é gratuita nos municípios da Bacia do Xingu, em Mato Grosso. Tiragem: 1500 exemplares

www.yikatuxingu.org.br
www.climaedesmatamento.org.br

Clima e Desmatamento no

XINGU



Colaboraram nesta edição
Claudia Stickler, Oswaldo de Carvalho Jr.,
Isabel Castro, Ane Alencar, Raquel Dieguez

Contato
IPAM
Rua Horizontina 104
Canarana - MT 78640-000
fone 66 34783631
faleconosco@climaedesmatamento.org.br

Realização

Consórcio Governança Florestal

